

101- RCC e CNBB

Orlando Fedeli

RCC e CNBB

- **Localização:** – Brasil

Senhores ...

Fiquei pasmo com tudo o que está escrito neste site sobre a renovação, primeiro quero dizer que faço parte da RCC. E muito me admira os senhores “dotados do direito” ou sentados nele, conhecedores das verdades do Céu e da Terra, em vez de criticar o movimento, mostrando os vícios e distorções que não só a RCC possui mas toda a Igreja, (ou não lembram do belo vendedor de indulgências o Papa Leão X, ou que até a Bíblia já conteve livros julgados pelos Concílios, como livros espúrios, onde está hoje o Livro de Enoch, o Livro da Ascensão de Isaias, ou o Evangelho segundo Tomé, ... , ou por que não falar do julgamento de Joana D’arc a “feiticeira” que foi brutalmente queimada por um Religioso-Político, a mando de quem pagava mais) se formos enumerar, as besteiras da Igreja, a coisa vai ficar pesada, atoa até, então, por que não mostrar além dos defeitos, dizer que existe sim um Documento da CNBB dando orientação a toda RCC, e lá vamos encontrar o que os Bispos dizem para a RCC, lá não vamos encontrar os vícios sugeridos pelos senhores, peço que leiam e assim aprendam mais sobre a RCC e a Igreja de Jesus Cristo, como uma unidade na diversidade.

Na espera que leiam o texto anexo.

APRESENTAÇÃO

Em várias oportunidades, no decorrer dos últimos anos, a Renovação Carismática Católica tem merecido a atenção de nossos Bispos. A 32ª Assembléia Geral da CNBB, em abril de 1994, começou a estudar um projeto de orientações pastorais sobre a Renovação Carismática Católica, elaborado após ampla consulta a todas as Dioceses do País. Dado o acúmulo de trabalhos, a Assembléia não pôde concluir o estudo, delegando à Presidência, Comissão Episcopal de Pastoral e ao Conselho Permanente o prosseguimento do mesmo até sua aprovação final.

Uma nova comissão episcopal foi constituída e retomou o trabalho em diálogo com a Comissão Nacional da RCC e com Bispos e padres a ela mais ligados. Outras colaborações foram igualmente pedida e recebidas. A partir de tudo isso, a comissão elaborou um novo texto enviado à Presidência e CEP e por elas cuidadosamente estudado. As sugestões apresentadas levaram a comissão a reelaborar o texto, resultando numa segunda redação significativamente modificada. Enviado previamente a todos os membros do Conselho Permanente, o texto foi reescrito a partir das indicações feitas. Foi, portanto, uma terceira redação do texto que o Conselho discutiu, modificou e votou em sua reunião de novembro deste ano, aprovando-o por unanimidade de seus membros.

É o resultado desse longo e cuidadoso trabalho que a CNBB entrega, agora, às Igrejas Particulares rogando a Maria, Mãe da Igreja, possam estas orientações pastorais contribuir para o crescimento da comunhão e do ardor missionário de nossas comunidades, dos membros da RCC e de todos fiéis.

*Brasília, 27 de novembro de 1994,
1º Domingo do Advento do Senhor*

*Dom Antonio Celso Queiroz
Secretário-Geral da CNBB*

INTRODUÇÃO

1. Como pastores da Igreja Católica no Brasil, nós Bispos nos dirigimos a todos os fiéis, propondo uma reflexão sobre a Renovação Carismática Católica (RCC). De modo especial nos dirigimos aos fiéis que nela têm encontrado meios de crescimento em sua vida espiritual e apostólica.

2.0 Espírito Santo anima e sustenta a vitalidade da Igreja em sua dupla dimensão fundamental de comunhão e missão. Ele suscita, orienta e assiste os grandes acontecimentos eclesiais como o Concílio Ecumênico, os Sínodos Episcopais, as Conferências dos Bispos e de outros membros do povo de Deus, as Assembléias Diocesanas e outras... Ele sustenta também toda a grande obra missionária no mundo. É o mesmo Espírito que faz brotar sempre novas iniciativas no seio do povo de Deus. Entre os vários movimentos de renovação espiritual e pastoral do tempo pós conciliar, surgiu a RCC que tem trazido novo dinamismo e entusiasmo para a vida de muitos cristãos e comunidades.

3. Como Bispos, procuramos estar sempre atentos à ação do Espírito, ajudando os cristãos a valorizá-la. Frequentemente enfatizamos algum aspecto determinado da vida da Igreja que necessita de especial estímulo ou cuidado. É assim que, neste ano temos incentivado nossas comunidades para a celebração do Ano Missionário. Recentemente refletimos também com as CEBs ajudando-as a prosseguirem fiéis em seu caminho. Nossa missão nos leva também a ajudar a discernir as verdadeiras moções do Espírito, incentivando tudo aquilo que contribui para crescimento da Igreja e a realização da sua missão. Em tudo, a busca da fidelidade deve ser constante, busca realizada na humildade e em espírito de comunhão.

4. As orientações fundamentais que aqui propomos para a RCC

são válidas e necessárias também para todas as comunidades em geral e para os demais movimentos e organismos de Igreja. Todos devemos aprofundar nossa vivência eclesial, valorizando os novos caminhos que o Espírito suscita e evitando deturpações e atitudes parciais que dificultam a comunhão eclesial.

5. Nossa reflexão parte de uma meditação sobre o Espírito Santo no mistério e na vida da Igreja, e se desdobra a seguir com orientações pastorais sobre a Igreja Particular, a Leitura e Interpretação da Bíblia, a Liturgia, e as Dimensões da Fé. Finalizamos com algumas indicações de ordem mais prática e concreta.

6. Este texto é oferecido aos membros da RCC para ser refletido e aprofundado. Ele quer ser ponto de referência para um diálogo constante dos pastores com os fiéis nos vários níveis da vida de Igreja.

I

O ESPÍRITO SANTO NO MISTÉRIO E NA VIDA DA IGREJA

7. Mistério da Igreja surge na história pela missão do Filho de Deus e do Espírito Santo. Enviado pelo Pai, o Verbo Divino assume a natureza humana para instaurar o Reino de Deus na terra e instituir a Igreja a seu serviço, como “germe e princípio” desse Reino (cf. LG, 5b). Enviado pelo Pai e pelo Filho, o Espírito Santo vivifica a Igreja e a faz crescer como Corpo Místico de Cristo (LG, 8).

8. Estando para consumir a obra que o Pai lhe confiara, Jesus promete o envio do Espírito Santo que continua e aprofunda a própria missão de Cristo (cf. Jo 14,17.26). Ele não falará por si mesmo, mas ensinará e recordará aos discípulos tudo o que Jesus lhes disse (cf. Jo 14,26). Ele glorificará Jesus

porque receberá o que é de Jesus e o comunicará (cf. Jo 16,14).

9. Em Pentecostes, pela força do Espírito Santo, os Apóstolos se tornam testemunhas da Ressurreição (cf. At 1,8; 5,32) e a Igreja-comunhão inicia a sua missão, espalhando-se pelo mundo com dons e carismas diferentes. “Jesus continua sua missão evangelizadora pela ação do Espírito Santo, o agente principal da evangelização, através de sua Igreja”(CNBB, Doc. 45, 255). O Espírito Santo, protagonista de toda missão eclesial (RMI, 21) leva a Igreja a “evangelizar com renovado ardor missionário”.

10. O Espírito Santo é o intercessor que nos introduz na vida da Trindade, para a realização do projeto de Deus, na adoção filial, na glorificação dos filhos de Deus e da própria criação (cf. Rm 8,19-27). Faz de cada cristão uma testemunha (cf. At 1,8 e 5,32), gera dinamismo interior nos Apóstolos, tornando-os os primeiros evangelizadores na expansão missionária da Igreja, realiza a unidade entre os que crêem para que sejam “um só coração e uma só alma” (At 4,32) e para permanecerem unidos “na doutrina dos Apóstolos, na comunhão fraterna, na fração do pão e nas orações” (At 2,42). Habitando em nós (cf. Rm 8,9), faz morrer as obras do pecado (cf. Rm 8,12). Ele comunica a verdadeira paz, que é comunhão na vida feliz de Deus. É Aquele que “vem em auxílio de nossa fraqueza porque nem sabemos o que convém pedir” (Rm 8,26).

11. O cristão, pela graça batismal, é introduzido na intimidade da vida trinitária, partilhando da sua riqueza na comunidade eclesial. A plena comunhão da Trindade manifesta-se na Comunidade-Igreja e oferece vida nova (cf. 2 Pd 1,4; Ef 4,24; Col 3,10) de relacionamento de filhos com o Pai (Gal 4,6).

12. Quem se deixa conduzir pelo Espírito Santo faz de sua vida um testemunho de Jesus Bom Pastor (cf. Jo 10,10). Não poderá, portanto, retirar-se dos problemas e ambigüidades da

convivência humana, mas buscará construir fraternidade. “Não são os que dizem Senhor, Senhor que entrarão no Reino de Deus, mas os que fazem a vontade de meu Pai que está nos céus” (Mt 7,21).

13. O Espírito ensina, santifica e conduz o povo de Deus através da pregação e acolhida da Palavra, da celebração dos sacramentos e da orientação dos pastores. Distribui também graças ou dons especiais “a cada um como lhe apraz” (1 Cor 12,11), sempre “para a utilidade comum”. Por essas graças, Ele “os torna aptos e prontos a tomarem sobre si os vários trabalhos e ofícios, que contribuem para a renovação e maior incremento da Igreja (cf. 1 Cor 12,2; LG 12b).

14. O Espírito Santo distribui seus dons aos fiéis, de tal forma que ninguém possui todos eles, como ninguém está totalmente privado deles (cf. 1 Cor 12,4ss). Esses dons são sempre para o serviço da comunidade (cf 1 Cor 14). Não é a experiência dos carismas que exprime a perfeição da salvação, mas a caridade que deve perpassar toda a vida do cristão (cf. Mc 12, 28-31; 1 Cor 13). Procura-la é o primeiro e melhor caminho para a edificação do Corpo de Cristo que é a Igreja (cf. 1Cor 12,31-13,13; LG 42; AA 3).

15. Hoje Ele continua renovando a Igreja através de múltiplas e novas expressões de fé e coerência cristã. Podemos enumerar como frutos do Espírito os novos sujeitos da evangelização; a expansão e vitalidade das CEBs; movimentos de renovação espiritual e pastoral; a própria RCC; o engajamento de leigos na transformação da sociedade; a leitura da Bíblia à luz das situações vividas na comunidade; a liturgia mais participada com a riqueza de seus ritos e simbologia; a busca de evangelização inculturada; a fidelidade de muitos na vida quotidiana; as lutas do povo para a implantação dos direitos humanos; a prática da justiça e da promoção social (cf. CNBB, Doc. 45, 301-302).

II ORIENTAÇÕES PASTORAIS

A) A Igreja Particular

16. O Concílio Vaticano II ensina que a Igreja Particular é uma porção do Povo de Deus, confiada a um Bispo para que a pastoreie com a cooperação do presbitério e dos diáconos. Nela verdadeiramente reside e opera a Una, Santa, Católica e Apostólica Igreja de Cristo (cfr. CD 11).

17. “Conforme o próprio Concílio Vaticano II, a comunidade eclesial é edificada pelo Espírito Santo, mediante o anúncio da Palavra (Evangelho), a celebração da Eucaristia e dos outros sacramentos, a vida de comunhão do Povo de Deus com seus carismas e ministérios, entre os quais sobressai o ministério episcopal-presbiterial-diaconal, que tem a responsabilidade de garantir os laços que unem a comunidade de hoje com a Igreja apostólica e com o projeto missionário, evangelizador, que lhe é confiado até o fim dos tempos” (CNBB, Doc. 45, nº 196).

18. A liberdade associativa dos fiéis é reconhecida e garantida pelo Direito Canônico e deve ser exercida na comunhão eclesial. O Papa João Paulo II, na sua Exortação Apostólica *Christifideles Laici* (n. 30), aponta critérios fundamentais para o discernimento de toda e qualquer associação dos fiéis leigos na Igreja, que podem ser aplicados a todos os grupos eclesiais:

o primado dado à vocação de cada cristão à santidade, favorecendo e encorajando “uma unidade íntima entre a vida prática dos membros e a própria fé” (AA, 19);

a responsabilidade em professar a fé católica, no seu

conteúdo integral, acolhendo e professam do a verdade sobre Cristo, sobre a Igreja e sobre a pessoa humana;

o testemunho de uma comunhão sólida com o Papa e com o Bispo, e na “estima recíproca de todas as formas de apostolado da Igreja” (AA, 23);

a conformidade e a participação na finalidade apostólica da Igreja, que é a evangelização e santificação dos homens... de modo a permear de espírito evangélico as várias comunidades e os vários ambientes (cf. AA 20);

o empenho de uma presença na sociedade humana a serviço da dignidade integral da pessoa humana, mediante a participação e solidariedade, para construir condições mais justas e fraternas no seio da sociedade.

19. Reconhecendo-se a presença da RCC em muitas dioceses e também a contribuição que tem trazido à Igreja no Brasil, é preciso estabelecer o diálogo fraterno no seio da comunidade eclesial, apoiando o sadio pluralismo, acolhendo a diversidade de carismas e corrigindo o que for necessário.

20. Nenhum grupo na Igreja deve subestimar outros grupos diferentes, julgando-se ser o único autenticamente cristão.

21. A RCC assuma com fidelidade as diretrizes e orientações pastorais da CNBB. A Coordenação Nacional da RCC terá um Bispo designado pela CNBB, como seu Assistente Espiritual, que lhe dará acompanhamento e ajudará nas questões de caráter nacional, zelando pela reta aplicação desta orientações pastorais, sem prejuízo da autoridade de cada Bispo Diocesano.

22. A RCC assuma também as opções, diretrizes e orientações da Igreja Particular onde se faz presente, evitando qualquer paralelismo e integrando-se na pastoral orgânica.

23. Os Bispos e os Párocos procurem dar acompanhamento à RCC

diretamente ou através de pessoas capacitadas para isso. Por sua vez, a RCC aceite as orientações e colabore com as pessoas encarregadas desse acompanhamento.

24. Os membros da RCC participem dos Encontros, Cursos, Círculos Bíblicos e outras atividades pastorais e de formação promovidos pelas Igrejas Particulares, bem como dos momentos fortes que marcam a vida eclesial, tais como Campanha da Fraternidade, Mês da Bíblia, Mês Missionário, Preparação de Natal e outros.

25. Deve-se também reconhecer a legitimidade de encontros e reuniões específicos da RCC, nos quais seus membros buscam aprofundar sua espiritualidade e métodos próprios, dentro da doutrina da fé e da grande comunhão da Igreja Católica.

26. As Equipes de coordenação da RCC integradas às diversas instâncias pastorais da Igreja Particular, visem uma comunhão plena com as Comunidades, Associações, Pastorais Específicas, Serviços e Organismos existentes na Diocese, respeitando-os, valorizando-os, reconhecendo-os e colaborando com elas na busca de uma autêntica articulação pastoral (cfr. CNBB, Doc. 45, 295 e 296).

27. Os grupos de Oração alimentem o espírito de comunhão eclesial, busquem o crescimento na fé e a perseverança de seus participantes levando-os a um efetivo compromisso na evangelização engajando-se na Comunidade, Paróquia e Diocese.

28. As tarefas de coordenação, animação de grupos e de evangelização sejam confiadas a pessoas adequadamente preparadas e de comprovada vivência cristã.

29. Evite-se na RCC a utilização de termos já consagrados na linguagem comum da Igreja e que na RCC assumem significado diferente, tais como pastor, pastoreio, ministério, evangelizador e outros.

30. O programa recentemente lançado pela RCC no Brasil,

intitulado "Ofensiva Nacional", assuma o Objetivo e as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil. Seus projetos só poderão ser implantados em sintonia com os organismos pastorais da Diocese.

31. Os convites a pessoas de outras Dioceses para conferências, palestras, seminários e outros eventos, sejam feitos com a devida anuência do Bispo Diocesano ou de quem for por ele indicado.

32. Os manuais de oração, livros de estudos bíblicos e de formação doutrinal, dada sua importância pastoral, tenham aprovação eclesialística.

B) Leitura e Interpretação da Bíblia

33. A Palavra de Deus é a própria presença do Deus que fala: "Escrutai as Escrituras... elas dão testemunho de mim" (Jo 5,39). Cristo, Evangelho vivo do Pai, não só é o centro da Bíblia, mas também seu intérprete (cfr. Lc 24,13-35). A "Igreja venera as divinas Escrituras como o próprio Corpo do Senhor" (DV, 21). E não apenas transmite a Palavra de Deus, mas também a interpreta (cf. PCB, 127).

34. A Bíblia manifesta o Plano salvífico de Deus de modo unitário. Por isso, não se podem utilizar textos ou palavras, sem referência ao contexto e ao conjunto da Bíblia (cf. PCB, 142).

35. Para não prejudicar uma reta leitura da Bíblia, é preciso estar atentos para não cair, entre outros, nos seguintes perigos: 1º) O fundamentalismo, que é fixar-se apenas no que as palavras dizem "materialmente" sem respeitar o contexto nem a contribuição das ciências bíblicas; 2º) O intimismo, que é interpretar a Bíblia de modo subjetivo, e até mágico, fazendo o texto dizer o que não era intenção dos autores sagrados. Sobre isso, sigam-se as orientações do Magistério,

especialmente o recente documento da Pontifícia Comissão Bíblica sobre a interpretação da Bíblia na Igreja.

36. É urgente a formação doutrinal de todos os fiéis, seja para o natural dinamismo da fé, seja para iluminar com critérios evangélicos os graves e complexos problemas do mundo contemporâneo (ChL, 60). Dê-se especial importância a formação bíblica, que ofereça sólidos princípios de interpretação.

37. Estimule-se a prática da leitura orante da Bíblia (= lectio divina), fazendo dela fonte e inspiração de nosso encontro com Deus e com os irmãos.

C) Liturgia

38. “Na Liturgia, especialmente na Eucaristia, celebra-se a realidade fundamental da Páscoa: morte e ressurreição de Jesus Cristo, morte e ressurreição do batizado com Cristo. Na ação litúrgica, devem encontrar espaço todas as realidades da vida quotidiana do cristão, pois é com todos os aspectos da sua pessoa que ele tem de passar deste mundo ao Pai. Ao participar na celebração, o cristão terá presente suas aspirações, alegrias, sofrimentos, projetos, bem como os de todos os seus irmãos. E colocará todas estas intenções na oração que sua comunidade, com toda a Igreja, dirige ao Pai, com Cristo Salvador, na unidade do Espírito Santo” (João Paulo II, Diretrizes aos Bispos do Brasil, Loyola, 1991, p. 44).

39. “A dimensão litúrgica exprime, pois, o caráter celebrativo da Igreja. Constitui, na terra, a expressão mais significativa da comunhão eclesial. Na Liturgia, o povo de Deus encontra seu maior momento de festa e de comunhão eclesial” (CNBB, Doc. 45, n 92). Por isso, seja dada especial atenção à formação litúrgica de todos os membros da RCC para maior compreensão e vivência do mistério e de sua expressão simbólico-ritual e ministerial, visando uma autêntica prática celebrativa, que leve em conta o espaço e o tempo litúrgico.

40. Nas celebrações, observe-se a legislação litúrgica que, embora estabeleça normas precisas para certos momentos, abre amplo espaço para a criatividade. Não se introduzam elementos estranhos à tradição litúrgica da Igreja ou que estejam em desacordo com o que estabelece o Magistério ou aquilo que é exigido pela própria índole da celebração.

41. Na celebração da Missa, não se deve salientar de modo inadequado as palavras da Instituição, nem se interrompa a Oração Eucarística para momentos de louvor a Cristo presente na Eucaristia com aplausos, vivas, procissões, hinos de louvor eucarístico e outras manifestações que exaltem de tal maneira o sentido da presença real que acabem esvaziando as várias dimensões da celebração eucarística.

42. Os cantos e os gestos sejam adequados ao momento celebrativo e de acordo com os critérios exigidos para a celebração litúrgica. São preciosas e oportunas as orientações do documento nº 43 da CNBB sobre "Animação da vida litúrgica no Brasil". Procure-se distinguir cantos para uso litúrgico e cantos para encontros. Valorizem-se os Hinários Litúrgicos publicados pela CNBB, os Livros de Cantos das Igrejas Particulares e outros Hinários difundidos entre o povo.

43. A Celebração Eucarística, a distribuição da Sagrada Comunhão fora da Missa e o Culto Eucarístico realizem-se dentro das normas litúrgicas, as diretrizes da CNBB e as orientações do Bispo Diocesano.

44. Cuide-se para que não haja coincidência de reuniões de grupos ou outras iniciativas da RCC com a celebração da Santa Missa ou outras celebrações da comunidade eclesial.

D) Dimensões da vivência da Fé

45. "Pela vivência do mistério de Cristo na vida quotidiana, o Povo de Deus aprofunda constantemente o sentido da fé" (CNBB,

Doc. 45, 86). A própria dinâmica da fé comporta tanto a dimensão pessoal e subjetiva, como a comunitária. “A fé nasce do anúncio e cada comunidade eclesial consolida-se e vive da resposta pessoal de cada fiel a esse anúncio” (RMi, 44).

46. “A experiência religioso-cristã não se realiza em mera experiência subjetiva, mas no encontro com a Palavra de Deus confiada ao Magistério e à Tradição da Igreja, nos sacramentos e na comunhão eclesial” (CNBB, Doc. 45, nº 175). Isso faz parte do desígnio de Deus a quem aprouve “chamar os homens a participar da sua própria vida, não um a um, mas constituídos como povo, no qual seus filhos dispersos fossem reconduzidos à unidade” (AG 2)

47. A fé não pode ser reduzida a uma busca de satisfação de exigências íntimas e de resposta às necessidades imediatas. Nem se pode propor a fé cristã sem a dimensão da cruz, inerente ao seguimento de Jesus Cristo (Cf. Lc 14, 25-35), caminho para a vida plena na ressurreição.

48. É fundamental para a realização da vida cristã e da ação pastoral o sentido comunitário da fé. A formação de pessoas e de comunidades vivas e maduras na fé é resposta aos desafios da Nova Evangelização e da ação missionária. A Missão nasce da Fé em Jesus Cristo e fortifica-se quando partilhada (cf. RMi, 4 e 2).

49. A espiritualidade cristã integra o social e o espiritual, o humano e o religioso. Não está, porém, isenta das ambigüidades e mesmo distorções que podem caracterizar as reações do psiquismo humano, seja individual, seja grupal. Por isso, evite-se alimentar um clima de exaltação da emoção e do sentimento, que enfatiza apenas a dimensão subjetiva da experiência da fé.

50. Para expandir o projeto de Deus, o cristão deve comprometer-se com a criação de uma sociedade justa e solidária, eliminando o pecado como gerador de divisão com

Deus e os irmãos. A dimensão social da fé, à luz da Doutrina Social da Igreja, requer a luta para debelar as estruturas de pecado: pessoal, comunitário, social e estrutural, e assim estabelecer o Reino de Cristo e de Deus (cfr. LG, 5). Recomenda-se, pois, que membros dos grupos de oração sejam animados a assumir projetos de promoção humana e social, especialmente dos pobres e marginalizados.

51. A evangélica opção preferencial pelos pobres é um dom do Espírito Santo à Igreja, que é também concedido, como carisma especial, a alguns grupos de cristãos leigos, a certas famílias religiosas e a muitos fiéis. Segundo a recomendação do apóstolo: “aspirai aos carismas melhores” (1 Cor 12,31), a vivência da opção pelos pobres deve ser desejada e implorada por todos como carisma precioso, a ser vivido em nossos dias, como sinal da presença do Reino.

53. A falta de coerência entre a fé que se professa e a vida quotidiana é uma das várias causas que geram pobreza em nosso país. Os cristãos nem sempre souberam encontrar na fé a força necessária para penetrar os critérios e as decisões dos setores responsáveis pela organização social, econômica e política de nosso povo (cf. DSD 161).

E) Questões Particulares

54. Alguns temas necessitam de maior aprofundamento teológico, diálogo eclesial e orientação pastoral, tais como: Batismo no Espírito Santo, dons e carismas, dom da cura, orar e falar em línguas, profecia, repouso no Espírito, poder do mal e exorcismo.

55. A palavra “Batismo” significa tradicionalmente o sacramento da iniciação cristã. Por isso, será melhor evitar o uso da expressão “Batismo no Espírito”, ambígua, por sugerir uma espécie de sacramento. Poderão ser usados termos como “efusão do Espírito Santo”, “derramamento do Espírito Santo”.

Do mesmo modo, não se utilize o termo “confirmação” para não confundir com o sacramento da crisma (Cf. Comissão Episcopal de Doutrina, Comunicado Mensal, Dez de 1993, 2217).

56. **Dons e Carismas:** O grande dom, que deve ser por todos desejado, é o da caridade: “Aspirai aos dons mais altos. Aliás, passo a indicar-vos um caminho que ultrapassa a todos...” (1 Cor 12, 31-13,13). “A caridade é o primeiro dom e o mais necessário, pelo qual amamos a Deus acima de tudo e o próximo por causa dele” (LG, 42).

57. “O Espírito Santo unifica a Igreja na comunhão e no ministério. Dota-a e dirige-a mediante os diversos dons hierárquicos e carismáticos” (LG, 4). O Espírito opera “pelas múltiplas graças especiais, chamadas de carismas, através das quais torna os fiéis aptos e prontos a tomarem sobre si os vários trabalhos e ofícios que contribuem para a renovação e maior incremento da Igreja” (Catecismo da Igreja Católica, 798). Os carismas devem ser recebidos com gratidão e consolação. E não devem ser temerariamente pedidos nem se ter a presunção de possuí-los (cf. LG 12).

58. Haja muito discernimento na identificação de carismas e dons extraordinários. Diante das pessoas que teriam carismas especiais, o juízo sobre sua autenticidade e seu ordenado exercício compete aos pastores da Igreja. A eles em especial cabe não extinguir o Espírito, mas provar as coisas para ficar com o que é bom (cfr. 1 Tes 5,12.19.21). Assim, também no que se refere aos carismas, a RCC se atenha rigorosamente às orientações do Bispo Diocesano.

59. **Dom da cura:** O Senhor dá a algumas pessoas um carisma especial de cura, para manifestar a força da graça do Ressuscitado. No entanto, as orações mais intensas não conseguem obter a cura de todas as doenças. São Paulo aprende do Senhor que “basta minha graça, pois é na fraqueza que minha força manifesta todo seu poder” (2 Cor 12, 9), e que os sofrimentos que temos que superar podem ter como sentido

“completar na minha carne o que falta às tribulações de Cristo pelo seu corpo, que é a Igreja” (Cl 1,24).

60. Ao implorar a cura, nos encontros da RCC ou em outras celebrações, não se adote qualquer atitude que possa resvalar para um espírito milagreiro e mágico, estranho à prática da Igreja Católica (cf. Eclo 38, 11-12).

61. Nas celebrações com doentes, não se usem gestos que dão a falsa impressão de um gesto sacramental coletivo ou que uma espécie de “fluido espiritual” viesse a operar curas.

62. O Óleo dos Enfermos não deve ser usado fora da celebração do Sacramento. Para não criar confusão na mente dos fiéis, quem não é sacerdote não faça uso do óleo em bênção de doentes, mas use apenas o Ritual de Bênçãos oficial da Igreja.

*63. **Orar e falar em línguas:** O destinatário da oração em línguas é o próprio Deus, por ser uma atitude da pessoa absorvida em conversa particular com Deus. E o destinatário do falar em línguas é a comunidade. O apóstolo Paulo ensina: “Numa assembléia prefiro dizer cinco palavras com a minha inteligência para instruir também aos outros, a dizer dez mil palavras em línguas” (1 Cor 14,19). Como é difícil discernir, na prática, entre inspiração do Espírito Santo e os apelos do animador do grupo reunido, não se incentive a chamada oração em línguas e nunca se fale em línguas sem que haja interprete.*

*64. **Dom da profecia:** Na Bíblia, profeta é o que fala em nome de Deus. Significa, pois, um evangelizador. É a comunicação de assuntos espirituais aos participantes de reuniões comunitárias, aos quais se dirigem palavras de exortação e encorajamento. “Aquele que profetiza, fala aos homens: edifica, consola, exorta” (1 Cor 14,3). É um dom para o bem da comunidade e não tem em vista adivinhações futuras.*

65. Haja grande discernimento quanto ao dom da profecia, eliminando qualquer dependência mágica e até supersticiosa.

66. Em Assembléias, grupos de oração, retiros e outras reuniões evite-se a prática do assim chamado “repouso no Espírito”. Essa prática exige maior aprofundamento, estudo e discernimento.

67. **Poder do mal e exorcismo:** Cristo venceu o demônio e todo o espírito do mal. Nem tudo se pode atribuir ao demônio, esquecendo-se o jogo das causas segundas e outros fatores psicológicos e até patológicos.

68. Quanto ao “poder do mal”, não se exagere a sua importância. E não se presuma ter o poder de “expulsar” demônios. O exorcismo só pode ser exercido de acordo com o que estabelece o Código de Direito Canônico (Cân. 1172). Por isso, seja afastada a prática, onde houver, do Exorcismo exercido por conta própria.

69. Procure-se ainda formar adequadamente as lideranças e os membros da RCC para superar uma preocupação exagerada com o demônio, que cria ou reforça uma mentalidade feitichista, infelizmente presente em muitos ambientes.

CONCLUSÃO

70. As orientações aqui oferecidas são expressão da solicitude pastoral com que o episcopado brasileiro acompanha a RCC seu carisma próprio dentro do legítimo pluralismo, mas também mostrando sua preocupação com desvios ocorridos, que são prejudiciais para a RCC e para toda a Igreja.

71. Seja este um ponto de partida para uma nova e mais fecunda etapa em que a RCC há de buscar sua maior integração nas Igrejas Particulares, em conformidade com as Diretrizes da CNBB na fidelidade à missão da Igreja.

72. Pedimos a Deus que abençoe os membros da RCC e a todos que se empenham, nos dias de hoje, com humildade e confiança a

viver a vocação à santidade e o compromisso missionário. Maria, Mãe da Igreja, interceda para que todos, no seguimento de Jesus Cristo, aspirando aos diversos dons do Espírito, procurem sempre o amor que permanece (1 Cor 14,1).

Ilmo. Sr. S.C.,

Seja louvado Nosso Senhor Jesus Cristo.

Agradecemos o documento da CNBB que o senhor nos enviou, e, como senhor o recomendou – e mais ainda, por ser um documento de Bispos da Igreja Católica –, nós o lemos com toda atenção, respeito e cuidado.

Tendo-o lido, constatamos que o senhor parece não saber ler. Sim, não saber ler, porque esse documento da CNBB é um brado de alerta exatamente contra os abusos e erros que nós havíamos criticado na chamada Renovação Carismática Católica. Por isso nós lhe garantimos que, doravante, quando criticarmos os abusos e erros do carismatismo católico, citaremos sempre muitos pontos desse documento. Muito obrigado, pois, por nos tê-lo fornecido. Com ele estaremos ainda melhor “assentados” sobre o direito e a verdade.

O documento da CNBB é uma crítica ao isolamento da RCC em relação à Igreja. A causa dessa tendência ao isolamento provém, na RCC, da ideia de que quem já possui o Espírito Santo está dispensado de submeter-se aos legítimos pastores, que são, de si, menos que O Espírito Santo.

Com efeito, todo carismatismo falso tende a isolar o indivíduo, porque cria nele a ilusão de que já está salvo e de que não precisa mais nem dos sacramentos, nem da Igreja, nem de ser guiado por homens, ainda que eles sejam Bispos ou sacerdotes. Esse perigo é lembrado pelos Senhores Bispos nesse documento que o senhor nos forneceu nos números 21 (onde os

Bispos pedem que “A RCC assuma com fidelidade as diretrizes e orientações pastorais da CNBB); no. 22 idem, para com o Bispo Diocesano; no.. 23 “a RCC aceite as orientações e colabore com as pessoas encarregadas desse acompanhamento”. Todas estas recomendações de obediência foram dadas, evidentemente, porque os Bispos notaram na RCC uma tendência à desobediência ou, pelo menos, à independência.

O número 29 do documento da CNBB que o sr. nos forneceu recomenda que a RCC não use uma terminologia diferente, ou que não dê um sentido diferente do que aquele que a Igreja dá a certas palavras. Portanto, a CNBB critica a terminologia usada na RCC como sendo divisora.

No número 31, a CNBB manda que a RCC só convide conferencistas com licença do Bispo. O quer dizer que isto não estava sendo feito.

No Número 32 a CNBB exige que os manuais de oração da RCC tenham aprovação eclesiástica. Isto, é claro, para combater o uso de manuais e de orações com erros doutrinários.

No número 35 o documento da CNBB alerta para o perigo de uma leitura da Bíblia sem orientação e cuidado, que leva a erros de interpretação puramente literal, ou subjetivista (intimista). Ora, esses erros na leitura da Bíblia se encontram em qualquer grupo carismático e é a causa de que muitos de seus membros se desviem para seitas bíblicas e pentecostais.

Por isso, o número 36 do documento pede que se dê urgentemente uma formação doutrinária mais séria aos membros da RCC.

No número 42 os Bispos exigem que “Os cantos e os gestos [nas Missas] sejam adequados ao momento celebrativo e de acordo com os critérios exigidos para a celebração litúrgica”. É uma clara repreensão do uso de músicas profanas e carnavalescas.

No Número 40 se critica a conhecida histeria e sensacionalismo

das manifestações carismáticas:

“A espiritualidade cristã integra o social e o espiritual, o humano e o religioso. Não esta porém isenta das ambigüidades e mesmo distorções que podem caracterizar as reações do psiquismo humano, seja individual, seja grupal. Por isso, evite-se alimentar um clima de exaltação da emoção e do sentimento, que enfatiza apenas a dimensão subjetiva da experiência da Fé”.

Noutras palavras, acabem com as manifestações de histeria individual e grupal.

No Número 55 se lê: “A palavra “Batismo” significa tradicionalmente o sacramento da iniciação (sic) cristã. Por isso, será melhor evitar o uso da expressão “Batismo no Espírito”, ambígua, por sugerir uma espécie de sacramento. Várias vezes, temos criticado essa expressão, que por sua ambigüidade, sugere um erro grave de doutrina.”

Também a CNBB previne os fiéis quanto aos carismas.

O número 57 diz : “Os carismas devem ser recebidos com gratidão e consolação. E não devem ser temerariamente pedidos, nem se ter a pretensão de possuí-los”.

No número 60, a CNBB previne que “não se adote qualquer atitude que possa resvalar para um espírito milagreiro e mágico, estranho à prática da Igreja Católica”.

E no número 61 se lê: “Nas celebrações com doentes, não se usem gestos que dão a falsa impressão de um gesto sacramental coletivo ou que uma espécie de “fluido espiritual” viesse operar a cura”.

A CNBB repreende aí o mau costume de se pedir que os fiéis estendam as mãos junto com o sacerdote, como se todos tivessem nas mãos um poder sacramental.

Isso é magia.

No número 62 o documento dos Bispos previne contra o abuso do chamado dom de línguas ou de falar em línguas.. E diz: ” Como

é difícil discernir, na prática, entre inspiração do Espírito Santo e os apelos do animador do grupo reunido, NÃO SE INCENTIVE A CHAMADA ORAÇÃO EM LÍNGUAS E NUNCA SE FALE EM LÍNGUAS SEM QUE

HAJA UM INTÉRPRETE.” (As maiúsculas são nossas) Será que o senhor entendeu o que está escrito, sr. C.?

Os Bispos deixam entrever que o tal dom de línguas pode ser uma pura ilusão, e que podem muito bem não provir do Espírito Santo...

No número 65, os Bispos previnem que haja muito cuidado com o dom da profecia, “eliminando qualquer dependência mágica ou supersticiosa” Ora, esse espírito milagrareiro e mágico é o que mais se nota, de modo geral, nos grupos da RCC.

Vê bem, sr. C.? Não somos nós que desconfiamos de que pode haver muito de mágico e de supersticioso nas pretensas manifestações carsimáticas atualmente na moda. São os Bispos do Brasil.

O número 66 manda que nas reuniões da RCC se evite o assim chamado “repouso do espírito”. Por que será isso, heim, sr.

C.? Que perigo haveria no tal “repouso do Espírito”?

Os números 67-68-69 previnem contra a tendência da RCC de exagerar a ação e o poder do demônio – que outros grupos ou negam existir, ou já aposentaram – caindo num excesso de preocupação demonológica. Os Bispos lembram ainda que o poder de exorcizar o demônio é regulado pelo Código de Direito Canônico, e que nenhum particular pode pretender exercê-lo sem licença do Bispo.

Por fim, os Bispos lembram que uma “mentalidade fetichista” está “infelizmente presente em muitos ambientes”. Claro, da RCC.

Está aí, prezado sr. C., o resumo e a análise do documento que o Sr. nos deu para defender a RCC. O documento confirma o que dissemos da RCC e até reforça nossa visão sobre a RCC.

Vamos, agora, ao comentário de suas palavras pessoais.

Sua carta comprova o que disseram os Bispos sobre a necessidade de estudo mais sério nos membros da RCC. O senhor mesmo prova, com suas palavras, que nem todos da RCC estão guardando a Fé e Caridade, que, como lembram os Bispos, é superior aos carismas.

E São Paulo previne que se não há verdadeira Fé, não há verdadeiro carisma.

O senhor acusa a Igreja de ter “vícios” e de “dizer besteiras”. Dizendo isso, o senhor revela nenhum respeito e nenhum amor à Santa Igreja Católica, Apostólica, Romana.

Como pode um membro de um movimento, que se diz católico, dizer que a Igreja tem “vícios” e que a Igreja fez “besteiras”? Isso é um sacrilégio. Se eu dissesse que o senhor disse besteira – e o sr. as escreveu largamente – o senhor se zangaria. Como então Deus não se ofenderia com suas afirmações sacrílegas e desrespeitosas para com a Igreja que Deus mesmo fundou?

Mais cuidado com suas palavras sr, C., e muito mais respeito pela Santa Igreja!

Depois, o senhor enumera o que o senhor julga “Vícios e besteiras da Igreja”.

Chama o Papa Leão X de “o vendedor de Indulgências”, demonstrando que o senhor ignora o que são indulgências – é impossível vendê-las, meu caro, porque Deus não se vende, e é Deus quem concede as Indulgências- e demonstrando que o senhor já é meio protestante, pois aceitou as calúnias do Luteranismo.

Vá estudar catecismo, para saber o que são indulgências. Vá estudar História, para não dizer besteiras.

E também é besteira o que o senhor diz de Santa Joana d’Arc, como se ela tivesse sido condenada pela Igreja. O senhor confunde um Bispo com a Igreja, o que é uma tolice tão grande como confundir um Médico com a Medicina. Também não corresponde à verdade histórica dizer que a Igreja admitiu os apócrifos no Cânon da Bíblia.

Aprenda, pois. Aproveite isso para o bem de sua alma, é o que
desejo

in Corde Jesu, semper,
Orlando Fedeli